

ATA Nº 16/2021

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se, ordinariamente, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Vereadores de Chapada-RS, com início às dezessete horas e trinta minutos, os servidores Walter Dreyer, Luciane Vogt e Júlia Dezingrini, membros do Comitê de Investimentos do RPPS, nomeados pela Portaria nº 376/2018. Neste encontro deliberou-se sobre a seguinte pauta: 1) Rentabilidade X Meta atuarial em 2021; 2) Cenário econômico; 3) Carteira de Investimentos; 4) Receita/despesa mensal; 5) Repasses contribuição patronal; 6) Resolução CMN nº 4963/2021; 7) Política de Investimentos 2022; 8) Credenciamento de instituições financeiras; 9) Taxa de administração; 10) Mandato do Comitê; e 11) Assuntos gerais. Inicialmente, a Presidente do Comitê de Investimentos, Srª Júlia Dezingrini, agradeceu a presença de todos e, em seguida, passou a palavra ao técnico de investimentos, João Ennes, da Consultoria Referência Gestão e Risco, que está participando do encontro de forma virtual. O técnico expôs inicialmente dados e informações sobre o cenário econômico no país e no mundo, as previsões para 2022, comentou sobre as questões políticas que podem interferir na economia, pois em 2022 teremos eleições presidenciais. Também fez uma explanação sobre a nova resolução emitida pelo Conselho Monetário Nacional, Resolução CMN nº 4963/2021. Abordou as alterações que a resolução promoveu no enquadramento das aplicações e sobre a possibilidade de crédito consignado aos segurados do RPPS. Com relação ao consignado, há necessidade de aguardar regulamentação da SPREV, mas em primeira análise fica a dúvida sobre se os custos para oferecer e operacionalizar o consignado aos servidores viabilizarão uma boa rentabilidade ao fundo. Deste modo, optou-se em prever um limite superior de 5% de aplicação nesta modalidade para 2022. Após a regulamentação pela SPREV, o Comitê e o Conselho de Previdência poderão avaliar essa questão e, se for o caso, alterar a Política de Investimentos. Quanto à meta atuarial, o Comitê definiu junto com a consultoria de investimentos estabelecer a meta de IPCA+ 5,04% a.a, que é a maior taxa de juros parâmetro da PORTARIA SPREV Nº 6.132, de 25 de maio de 2021. Com isso, caso o cálculo atuarial a ser elaborado venha com uma taxa menor, não será impactado. Depois que o técnico de investimentos esclareceu as dúvidas que haviam surgido no último encontro sobre a PI, o Comitê aprovou a **Política de Investimentos para 2022**. Importante observar que junto à PI

2022 foi aprovado um ADENDO (*vide em anexo*), em virtude de que a sugestão de Política de Investimentos 2022 foi elaborada antes da publicação da nova resolução e com base em orientação recebida da SPREV, a próxima PI deverá ser aprovada já em conformidade com a Resolução 4963/2021. O quadro "Resumo da Política de Investimentos" em que consta a forma como o Comitê sugere a alocação dos recursos, com a estratégia alvo e os limites inferior e superior, é documento anexo desta ata. Na sequência, a gestora dos recursos previdenciários, Luciane Vogt, apresentou um resumo sobre **a carteira de investimentos**, sendo que no mês de NOVEMBRO o retorno dos investimentos foi muito bom, totalizando uma rentabilidade de R\$900.714,48 (novecentos mil e setecentos e catorze reais e quarenta e oito centavos). No Exercício 2021, as aplicações totalizam uma rentabilidade de R\$581.818,24 (quinhentos e oitenta e um mil e oitocentos e dezoito reais e vinte e quatro centavos). O patrimônio aplicado ao final de NOVEMBRO/2021 totaliza R\$ 49.923.998,69 (quarenta e nove milhões e novecentos e vinte e três mil e novecentos e noventa e oito reais e sessenta e nove centavos). A rentabilidade acumulada em 2021 é de 1,1778%, sendo que a meta atuarial desejada para o período foi de 14,73 % (IPCA + 5,47%). Na sequência, analisou-se o **cenário econômico** sendo que no mês de novembro, a percepção de risco fiscal que havia se intensificado em outubro se reduziu, o que levou à valorização dos ativos de renda fixa pela primeira vez em meses, como por exemplo os títulos públicos. Outro destaque foi a descoberta da variante ômicron da covid19, com confirmações já identificadas em diversos países do mundo e taxa de infecção aparentemente muito maior do que a variante delta. A notícia somou-se aos já elevados receios devido à forte alta de casos na Europa. As preocupações em torno do tema, as incertezas em torno de seu potencial de desenvolvimento de casos grandes e, conseqüentemente, riscos para a economia, levaram a movimentações nos mercados. Para os próximos meses, continua no radar a evolução da inflação, além de preocupações fiscais. Além disso, nos aproximamos do ano de eleições presidenciais no Brasil, o que deve contribuir ainda mais para a volatilidade relevante nas expectativas de juros, impactando os preços dos ativos de renda fixa. Na renda variável, devido à desaceleração do crescimento mundial sugerimos escolher bem os ativos na renda variável com viés passivos, mas segundo a consultoria de investimentos Referência, a renda variável não vai deixar de ser atrativa com o aumento da Selic, mas sugere-se priorizar a gestão

ativa. Assim, de acordo com o técnico de investimentos, permanecemos com nossa linha, ou seja, o mais recomendado para o momento ainda é a “cautela controlada” ao assumir posições mais arriscadas, a volatilidade nos mercados deve se manter. Quanto a ativos de proteção, sugerimos privilegiar, por enquanto, ativos DI. Quanto às despesas, utilizar ativos com menor volatilidade e novos aportes utilizar os DI ou de prazos médio e gestão mais eficiente.” Avaliando-se o cenário econômico, as projeções e a atual distribuição de recursos na **carteira de investimentos**, o Comitê definiu por não realizar realocações neste momento. Solicitou-se ao técnico João que fizesse uma análise dos investimentos nos fundos IBX-50 e small caps, que são fundos de renda variável, mas com gestão passiva, a fim de avaliar a possibilidade de realizar uma realocação ou manter ainda as aplicações. O técnico também ficou de avaliar a carteira a fim de verificar a necessidade de realizar alguma realocação no início de 2022. Quanto às aplicações em BOVA 11, a gestora apresentou um resumo das operações realizadas no mês de novembro, sendo que no momento temos mãos que ainda não foram vendidas, pois o valor das cotas não superou os valores investidos, visto que a estratégia de venda é alcançar 1% de rentabilidade líquida sobre o valor da compra. Na sequência, a gestora apresentou um resumo das **aplicações e resgates** realizados no mês de novembro. Quanto à **compensação previdenciária**, o INSS repassou em 07.12 o valor de R\$ 17.598,60 que foi aplicado no BB Previdenciário RF Perfil. Quanto ao **enquadramento das aplicações do RPPS**, os investimentos estão atendendo tanto à Resolução 3922/2010 quanto a Política de Investimentos aprovada para 2021. Na sequência, a gestora do RPPS apresentou o **relatório com as despesas da competência NOVEMBRO/2021**, sendo que referente ao benefício de aposentadoria foi pago o valor de R\$302.468,13 e R\$23.799,84 referente às pensões. A folha de benefícios totalizou o valor de R\$326.267,97. Além dos benefícios, foram custeados com recursos da taxa de administração, o pagamento do jeton dos membros do Comitê, R\$1.299,09 e os serviços da consultoria de investimentos, R\$ 825,55. O total de despesas administrativas foi de **R\$2.124,64**. A despesa total do RPPS no mês de novembro foi de **R\$328.392,61**. O **repasso da contribuição patronal** – Poder Executivo - ocorreu 29.11, sendo repassado ao RPPS o valor de R\$248.345,76. O repasse da contribuição por parte do legislativo ocorreu em 29.11, no valor de R\$3.577,56.

O repasse patronal está em dia, não havendo saldo a repassar. A **contribuição dos servidores** foi repassada integralmente ao RPPS, no valor de R\$97.922,21. Dando continuidade, o Comitê passou a analisar a documentação do Banco do Brasil, da CAIXA e do Banrisul a fim de renovar o **credenciamento** destas instituições financeiras, sendo que o credenciamento foi renovado por mais 12 (doze) meses a contar de 08 de dezembro de 2021. Com relação à **taxa de administração**, a gestora Luciane apresentou o Projeto de Lei Complementar nº 001/2021 que "Revoga, acrescenta e altera dispositivos da Lei Municipal Complementar nº 001/2009 que 'Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social e dá outras providências' ". O projeto tem por finalidade adequar o percentual da taxa de administração e a base sobre a qual ele deve ser aplicado, a fim de adequar a legislação do RPPS à Portaria nº SEPRT/ME nº 19.451, de 18 de agosto de 2020. De acordo com a Portaria, a taxa de administração para RPPS classificado como de pequeno porte, que é o caso do RPPS/Chapada, pode ser de até 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento) do valor total das remunerações de contribuição dos servidores ativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Servidor Público e, no caso de aderir ao Pró-gestão, o percentual pode ser aumentado em até 20%. O projeto de lei encontra-se baixado para estudo junto ao legislativo municipal. No que tange o mandato dos atuais membros do Comitê de Investimentos, nomeados pela Portaria nº 376, de 18 de dezembro de 2018, a presidente comentou que esta seria a última reunião ordinária desta gestão e que ficamos no aguardo dos membros que serão indicados pelo Executivo e pelo Sindicato dos Servidores Municipais para compor a próxima gestão. Ao encerrar o encontro, a Presidente do Comitê de Investimentos agradeceu ao empenho de todos e a ata, após lida e impressa, será assinada por todos os presentes. Chapada, 08 de dezembro de 2021.

Júlia Dezingrini
Presidente
Certificação ANBIMA
Validade: 07/12/2022

Luciane Vogt
Gestora do RPPS
Certificação ANBIMA
Validade: 20/07/2023

Walter Dreyer
Membro Titular
Certificação CGRPPS
Validade: 21/03/2023